

REFORMAS PREVIDENCIÁRIA E TRABALHISTA PREDATÓRIAS E SEM LEGITIMIDADE (DO LAVA **LULA** A TUDO **TEMER**)

A necessidade de mudança de regras no atual Estatuto da Previdência e Trabalhista está totalmente contaminada pela completa ausência de legitimidade do Congresso Nacional, onde parcela considerável de seus membros está envolvida em graves desvios de conduta. Pelo andar das delações premiadas, não serão poucos os parlamentares que passarão a réus em ações penais e que deverão pagar por seus crimes de Lesa-Pátria. E ainda, está na ordem do dia o depoimento de Lula ao Juiz Sérgio Moro e em pleno julgamento no TSE, o pedido de cassação da chapa Dilma/ Temer. Como aceitar, sem reagir com indignação, os argumentos do Governo que defende a necessidade de mudar as regras? Não fosse só o ambiente de lama que ronda boa parte dos membros do Congresso e do Executivo, somam-se inverdades apontadas pelo Governo e republicadas pela grande mídia. Segundo especialistas a falta de clareza nas contas federais, onde o governo atua como Maquiavel, não permite ao cidadão de bem entender que existe um sistema de seguridade social, com base em três pilares: saúde, assistência social e previdência, onde se sustenta com receitas da união, receitas das contribuições sociais (de empresas e trabalhadores) e de receitas de outras fontes. Tudo vai para um caixa único e o mau uso justifica o déficit. Do bolo o governo abocanha 30% e aplica em outras áreas. Portanto, primeiro teria que haver uma alteração no plano de custeio antes de usar o déficit como justificativa para uma reforma que nominamos de predatória para a maioria esmagadora da população, sem tocar em privilégios de castas que foram se estabelecendo no País com o beneplácito do mesmo Congresso Nacional.

Já a “modernização” das regras trabalhistas tem de novo a mão forte da máquina do governo, atendendo a força do capital, para enfraquecer as organizações que defendem os trabalhadores.

Num golpe só, feriu-se a maioria dos princípios que regem o direito do trabalho: estabilidade do contrato de trabalho, jornada regular de trabalho, segurança e saúde do trabalhador, dentre outros de não menos importância. O discurso da empregabilidade, decantado em prosa e verso pelo governo, é um engodo abraçado pelos mesmos setores empresariais que se locupletaram a custa de muita propina, de isenções tributárias e incentivos governamentais. A comprovação da falsidade do argumento é o fato de que, recentemente, o país viveu uma situação de quase pleno emprego, e isto ocorria sob a mesma legislação trabalhista que agora é responsabilizada pelo desemprego. E isto se deu nos últimos governos, segundo dados do IBGE. O desemprego atual não é fruto da legislação trabalhista. É fruto de quase 14 anos de corrupção sistêmica, de fraudes, de empulhação parlamentar. A propinocracia é sim, a raiz deste mal. A reforma trabalhista representa um grande laboratório onde os trabalhadores são cobaias de interesses subterrâneos. É hora de nos questionarmos se esses interesses não são os mesmos que desencadearam a Lava Jato, ou se não são os mesmos que redundaram na aprovação de medidas provisórias por encomenda de certos setores empresariais.

DIANTE DESTA MOMENTO DE INSEGURANÇA, ONDE A PROPINA E A NEGOCIATA VIRARAM PRÁTICA COMUM NO PAÍS, É PRECISO A UNIÃO DE TODOS NO DIA 28 DE ABRIL, PARA MOSTRAR AO GOVERNO E AO CONGRESSO NACIONAL, NOSSA INDIGNAÇÃO CONTRA A FORMA PREDATÓRIA QUE QUEREM IMPOR AS REFORMAS PREVIDENCIÁRIA E TRABALHISTA.

FILIE-SE AO SINDICATO DE SUA CATEGORIA

SENGE/SC - SAESC - SINTEC/SC - SINDECON/SC - SINCÓPOLIS